

Ideologia e partidos políticos no Brasil: um elo perdido?

Maurício Michel Rebello
Universidade Federal da Fronteira Sul

1 Introdução

Um debate contemporâneo nas ciências sociais é a capacidade partidária de articular a representação de interesses dos cidadãos. Ou, alternativamente, como os *inputs* estão produzindo *outputs* suficientemente sólidos para orientar o corpo eleitoral de maneira que a legitimidade do sistema político se mantenha (Easton, 1965).

A partir de 1960, vários pensadores foram céticos quanto à capacidade das democracias e, mais especificamente, das organizações partidárias para conceder respostas sistêmicas às noções de identidade, de representação, ou, de forma mais genérica, serem mais responsivas aos eleitores (Kirchheimer, 1966; Panebianco, 2005).

Em meio a este debate, uma literatura da área da Ciência Política brasileira tenta demonstrar a existência de campos ideológicos partidários que ainda formam um sentido lógico para situar os eleitores em um mapa conceitual (Tarouco, Vieira e Madeira, 2015). Entretanto, cada vez mais, é visível que este mapa é conceitualmente mais difuso e não encontra a mesma solidez de outrora (Zucco Jr., 2011).

Podemos situar uma diferenciação entre os partidos políticos? Este artigo tenta suprir parte desta lacuna. Para realizar tal tarefa, dividimos este artigo em quatro seções. Primeiramente, detalham-se os procedimentos metodológicos do trabalho. Feito isto, na próxima seção, realiza-se uma revisão acerca do debate internacional que avalia uma diferenciação ideológica entre partidos, indicando certa dificuldade em dispor claramente os partidos políticos no campo ideológico. Depois disso, apresenta-se um breve panorama sobre o sistema partidário brasileiro anterior a 1988. Em um último momento, discute-se a questão ideológica partidária brasileira nos últimos 20 anos.

2 Procedimentos metodológicos

Este artigo visa realizar uma revisão crítica sobre o tema, sob forma de narrativa (Codatto, Lorencetti e Prata, 2021). A operacionalização se deu do seguinte modo: em um primeiro momento foram retomadas discussões clássicas da literatura de Ciência Política sobre o tema a nível internacional, aproveitando-se da experiência prévia do autor no campo. A partir disso, foram incluídos artigos de revistas e teses de doutorado que discutissem o tema. Nesta incursão, não houve uma busca mais sistemática pelos trabalhos, dependendo mais do conhecimento prévio do autor e também do efeito bola de neve, onde cada trabalho lido sugere outros – aqui, foram lidos entre teses, artigos, capítulos de livros e livros um total de 21 obras. Logo após, da mesma forma que a bibliografia internacional, o

autor fez uma síntese de autores clássicos na formação da sociedade brasileira até 1988 – um total de 11 obras.

Em outro momento, além do conhecimento prévio do autor sobre o tema, foram incluídos artigos brasileiros que possuíssem, no resumo, as seguintes palavras: partidos políticos e ideologia (em conjunto) em revistas indexadas na plataforma Scielo em agosto de 2022, sendo encontrados sete artigos. Além disso, no banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações também foi realizada a mesma pesquisa – na aba assunto. Foram encontradas 31 teses e dissertações. Todas estas obras eram posteriores ao ano de 2000. Embora existam outros bancos de dados, optou-se por estes dois bancos por compreendermos que a plataforma Scielo reúne as principais revistas científicas no Brasil e por entendermos que a publicação de teses e dissertações é um dos principais instrumentos de pesquisas do país, muitas vezes subestimado dentro do próprio campo acadêmico.

De forma distinta de uma revisão sistemática e de uma meta-análise, não realizamos um catálogo e nem incluímos critérios de inclusão e exclusão destes artigos para além das palavras-chave (Codatto, Lorencetti e Prata, 2021). A escolha sobre ler todo o conteúdo ocorreu somente quando havia uma centralidade dos trabalhos na discussão entre partidos políticos e ideologia.

3 A ideologia e os partidos: o que a Ciência Política oferece?

A Ciência Política tem-se dedicado a estudar como as organizações partidárias se comportam em termos ideológicos para conquistar o voto do eleitor (Downs, 1999). Já na década de 1960, houve sério ceticismo na capacidade das organizações partidárias contemporâneas de ofertarem ideologias ao sistema político (Kirchheimer, 1966; Manin, 1995; Katz e Mair, 1997; Mair, 2003; Panebianco 2005). No caso de oferta de políticas públicas, a diferenciação é ainda menos nítida, dificultando também a própria noção de representação política, de *accountability* e de responsividade (Manin, Przeworski, Stokes, 2006).

Na sociologia política, há uma visão clássica entre voto e classe social. A principal tese aponta que houve uma profunda estruturação política por meio de clivagens sociais na primeira metade do século XX (Lipset e Rokkan, 1967). É nesta época que encontramos a descrição dos partidos de massa de Duverger (1970): organizações coesas, ideológicas e com forte vínculo com suas bases eleitorais. Um exemplo são as legendas de esquerda que estavam associadas sobre a dicotomia patrão/empregado (Bartolini, 2000). Outro exemplo é sobre o grau de mobilização política da classe trabalhadora, essencial na construção do *Welfare-State* europeu (Sping-Andersen, 1991). Entretanto, a partir da década de 1980, o voto classista foi contestado, e houve quem falasse em fim de voto ideológico, todavia tal debate está longe de ter um fim (Ferraz, 2009).

A palavra ideologia possui um conjunto muito amplo de significado nas Ciências Sociais. Na Ciência Política, costuma-se utilizar o chamado conceito mais “fraco”, na qual aponta-se que a ideologia é um conjunto de crenças e valores (Stoppino, 1986). Como neste artigo o importante é a sua utilização em relação aos partidos políticos, nosso foco está mais ligado à utilização do conceito ideologia como norteador de políticas públicas e instrumento de orientação aos eleitores (Jorge, Terra de Faria e Silva, 2020). Afinal, desde o trabalho seminal de Downs (1999), a dinâmica entre os espaços à direita ou à esquerda tem sido alvo de intenso debate na Ciência Política. Cabe ressaltar que apesar

deste trabalho utilizar a discussão de ideologia dos partidos políticos é vital mostrar que existem outras lógicas de comportamento partidário para além da questão ideológica (Wolinetz, 2002).

Existe polémica sobre o pressuposto no qual a ideologia partidária seja variável importante na aplicação de políticas públicas. Um dos fatores mais restritivos está ancorado na ideia de *path-dependence*, vinculado ao institucionalismo histórico. Em períodos de crise econômica, governos de direita ou de esquerda têm grandes limites de atuação. Assim, ambientes de alta inflação, de alto desemprego e de um contínuo uso de déficit público deixam a governabilidade com menor margem política. Para alguns, as políticas econômicas escolhidas teriam pouco espaço de atuação (Samuelson e Nordhaus, 2002). Os limites já foram amplamente apontados pela literatura, destacando-se: a expectativa racional, a estrutura institucional do mercado de trabalho doméstico, a posição do Banco Central e um aumento da interdependência mundial econômica (Boix, 1997).

Em teoria, organizações de direita seriam mais propensas a adotar políticas econômicas mais ortodoxas e mais liberais. Já as de esquerda seriam mais propensas a adotar políticas econômicas mais heterodoxas e com maior participação do Estado na economia. Existem pesquisas que tentam demonstrar que partidos e blocos ideológicos dissemelhantes possuem distintos resultados na área econômica, com diferenças significativas em preferências alocativas, tributárias e de investimento (Boix, 1997; Coppedge, 1997; Alcántara, 2004; Vidal, 2016; Lazzari, 2022).

No caso latino-americano, por meio do *Manifest Research Group* e utilizando a *Saliency Theory*, Augusto Oliveira (2014) crê em uma diferenciação ideológica entre as principais legendas quando disputam as eleições presidenciais. Mais do que isso, o autor afirma, ao analisar as políticas econômicas adotadas, que, comumente, os presidentes cumprem suas promessas, e existe uma razoável congruência ideológica. Nesta mesma linha de pensamento, Gramacho e Llamazares (2007) também apontam que existe certa associação entre as preferências ideológicas dos parlamentares latino-americanos e as preferências de políticas econômicas e sociais. Estas relações são, entretanto, mediadas por alguns condicionantes como desenvolvimento econômico e variáveis institucionais de qualidade democrática. Desta forma, além de questões contextuais, a trajetória histórica afeta de maneira significativa esta relação, impondo limites à interpretação de que as preferências ideológicas são determinantes.

Políticas macroeconômicas privilegiam grupos em detrimento de outros. Por conseguinte, tais políticas adotadas por governos já acenam para certo tipo de política pública (Giora, 2009; Oliveira, 2014). No início do século XXI, países latino-americanos como Brasil, Uruguai e Chile tiveram governos progressistas, considerados de esquerda. Todavia, tais governos adotaram políticas macroeconômicas outrora associadas mais ao campo liberal, como o tripé macroeconômico: responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante (Giora, 2009). Todos estes países, por exemplo, tiveram superávits primários nestes governos de esquerda, com alto equilíbrio entre receitas e gastos governamentais.

Usualmente, há uma simplificação conceitual de que governos de direita são mais disciplinados e governos de esquerda mais gastadores. Muitas vezes, tal equívoco se refere a uma leitura errada sobre Keynes:

A política fiscal representa um instrumento importante ao elevar o gasto agregado e gerar um efeito multiplicador da renda. Segundo Minsky (1986), o governo deve ter um padrão de gastos suficientemente alto para contrabalançar eventuais quedas de investimentos privados, estabilizando a demanda agregada e os lucros. Não se trata, entretanto, de defender a crônica geração de déficits públicos, tal como a postura adotada algumas vezes pela Síntese Neoclássica e frequentemente atribuída ao próprio Keynesianismo. Propõe-se um regime de tributação e gastos tal que o orçamento público seja deficitário com a economia em retração e superavitário em períodos de expansão, funcionando, assim, como um estabilizador automático da demanda. O resultado final deveria ser positivo, evitando o crescimento explosivo da dívida pública e a necessidade de condições cada vez menos favoráveis ao governo para a obtenção de empréstimos (Giora, 2009, p. 130).

Ainda assim, ao analisarmos a crise capitalista de 2008, todos os governos de esquerda de Brasil, Uruguai e Chile não só tomaram medidas anticíclicas, como o incremento de políticas de infraestrutura, como vetaram políticas de flexibilização trabalhista, tendência comum na chamada onda neoliberal (Anderson, 1995). Além do mais, em um modelo estatístico com alto poder explicativo, Giora (2009) argumenta que a variável independente que mais impacta o gasto público social é ter governos sociais-democratas. Segundo o modelo, ter um governo social-democrata aumenta em 3,5% de gasto social em relação ao PIB (Giora, 2009, p. 202). Contudo, quando considerado o gasto público total, governos sociais-democratas diminuem o gasto total em relação ao PIB em 1,7%. Destarte, é importante salientar que: se, por um lado, a social-democracia de países latino-americanos aumenta gastos sociais, por outro lado, sua política fiscal é mais restritiva.

Como síntese da literatura internacional, é perceptível que existem polêmicas na relação entre organizações partidárias e políticas públicas. De um lado, vários autores argumentam que partidos políticos são variáveis independentes com forte poder de predição, ou seja, ser governado por uma coalizão de esquerda é diferente de ser governado por uma coalizão de direita. Entretanto, devido a fortes constrangimentos contextuais e estruturais, outros autores apontam que a diferença é muita pequena e, por vezes, contraditória. A seguir, veremos como este debate está inserido no Brasil.

4

4 Sistema partidário no período pré-Constituição de 1988

A situação anterior a 1945 do sistema partidário brasileiro era constituída pelo chamado “amorfismo” (Souza, 1990). Todos os pesquisadores e analistas políticos da época, ao comparar o sistema europeu, norte-americano e até latino-americano com o brasileiro, mostravam como, historicamente, o Estado havia afastado o sistema partidário brasileiro das bases sociais. No Brasil, houve muitos sistemas partidários desde 1822. O país seria um típico caso de subdesenvolvimento partidário (Lamounier e Meneguello, 1986).

No período imperial (1822-1889), a conhecida frase “nada mais se assemelha a um Saquarema do que um Luzia no poder” já indicava a pouca diferenciação ideológica entre conservadores e liberais. A Primeira República (1889-1930) tampouco ajudou, com seus partidos estaduais e sua péssima representatividade (Carvalho, 1987). A chamada Era Vargas (1930-1945), em alguns momentos, não só extinguiu as organizações partidárias, como também criou a chamada centralização política, que substituiu a função partidária por uma burocratização, caso do Dasp. Vários foram os conceitos para definir o sistema político brasileiro, como clientelismo, patronagem, mandonismo e coronelismo. A

política brasileira poderia ser qualificada com vários adjetivos, menos o da representação política autêntica (Nunes, 2003; Leal, 2012). Destarte, o legado foi a pouca autonomia partidária frente ao Estado, o que é fundamental na compreensão do período de 1945-1964 (Souza, 1990).

Não obstante este caráter de baixo enraizamento social partidário deste período, havia uma clara linha de demarcação ideológica na política brasileira desde o último governo Vargas (1950-1954). Dos três partidos políticos principais (UDN, PSD e PTB) a literatura era unânime ao afirmar o caráter conservador da UDN, o perfil também conservador, porém, mais ao centro do PSD, e, por fim, o perfil de centro-esquerda do PTB – o PCB, em quase todo o período de 1945-1964 esteve na ilegalidade. Havia em curso, inclusive, um realinhamento partidário – interrompido pelo bipartidarismo já na ditadura militar – no qual alguns setores sociais começavam a cristalizar suas preferências (Souza, 1990). Algumas votações importantes sobre reforma agrária e reformas de base culminam com a tese de polarização ideológica no período de João Goulart (Figueiredo, 1993; Skidmore, 2010).

Ao longo do período de ARENA e MDB, entre 1966 a 1979, a bibliografia apontava para a falta de enraizamento social em um primeiro momento. Até as eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não havia cristalizado um apoio mais sólido e duradouro entre a população. Todavia, as eleições de 1974 marcam uma inflexão deste período, sendo a legenda de oposição ao regime militar aquela que se diferenciava por uma maior defesa das liberdades civis e políticas (Lamounier e Cardoso, 1975).

Quando do retorno ao pluripartidarismo em 1979, os partidos que atualmente compõem o sistema partidário ainda eram muito diferentes. Em verdade, ao longo da década de 1980, e até mesmo depois, em alguns locais o PDS¹ e o PMDB ainda mantinham certa identificação partidária entre alguns grupos (Lima Jr., 1993; Kinzo, 1993). Durante a Assembleia Constituinte, realizaram-se pesquisas que indicavam uma linha ideológica entre as organizações partidárias (Martins Rodrigues, 1987).

Em que pese a rica literatura sobre ideologias partidárias até 1988, a maioria destas pesquisas não realizou investigações mais sistemáticas sobre a aplicação de *public policies*. Existem estudos de caso sobre algumas votações importantes, porém, usualmente, a bibliografia da Ciência Política apenas dispunha o sistema partidário brasileiro em um *continuum* ideológico.

5 Partidos e ideologia no Brasil nos últimos 20 anos

Existem diversas pesquisas sobre a ideologia das organizações partidárias no Brasil. Em linhas gerais, classificá-las como de centro, de direita e de esquerda não era difícil até os primeiros anos do século XXI. Qualquer analista político teria sucesso em classificar as maiores legendas, até o início do governo Lula, em 2003, desta maneira: na centro-esquerda (PSB, PDT e PT), no centro (PSDB e MDB) e na direita (PFL², PP, PTB). Evidentemente que existiam variações, todavia, grosso modo, não havia uma maior discordância.

As referências de classificação ideológica no período de 1988 a 2003 foram realizadas das seguintes maneiras: a votação presidencial a partir do autopoicionamento ideológico (Singer, 2000; Carreirão, 2002); a análise da composição social dos partidos (Martins Rodrigues, 2002); votações no

¹ Antiga ARENA.

² Atual União Brasil.

Congresso e entrevistas com os parlamentares (Figueiredo e Limongi, 1999, Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Melo e Anastasia, 2005); e análises de conteúdo de programas eleitorais (Tarouco e Madeira, 2013).

A partir do primeiro governo Lula, entretanto, “imagens”, “sentimentos”, preferências e conteúdo programático dos partidos políticos brasileiros também começaram a ser alteradas. Se antes havia uma sobreposição entre ser de esquerda e ser de oposição (Moritz, 2006), isto foi invertido com a chegada do PT à Presidência da República.

Deste modo, nos primeiros vinte anos do século XXI, ocorreram mudanças razoáveis sobre vários temas. Segundo pesquisas mais recentes, houve uma alteração substancial na avaliação dos eleitores sobre o grau de identificação partidária, de preferência partidária e de sentimento sobre o sistema político (Paiva, Braga e Pimentel Jr., 2007; Veiga, 2007; Paiva e Tarouco, 2011; Braga e Pimentel Jr, 2011; Rebello, 2012; Amaral e Ribeiro, 2015; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016).

Além disso, houve claras mudanças nos padrões eleitorais ao longo dos últimos anos, com interpretações diversas sobre o grau de volatilidade eleitoral, de institucionalização do sistema partidário, de enraizamento social e dos padrões de votos nas diversas unidades subnacionais (Carreirão, 2007; Paiva, Batista e Stabile, 2008; Avelar e Walter, 2008; Singer, 2009; Amaral, 2011; Guarnieri, 2014; Limongi e Guarnieri, 2015; Tarouco, Vieira e Madeira, 2015; Rebello, 2017).

O comportamento legislativo também foi-se alterando, com diferenças significativas em relação à década de 1990. As gestões governamentais, com clivagens ideológicas diferenciadas em uma mesma coalizão, proporcionaram debates sobre os benefícios e os malefícios do presidencialismo de coalizão. Os padrões de governismo e de oposição começaram a ter um impacto mais profundo na disciplina e na coesão partidária. Apesar disso, o poder de agenda e a relativa facilidade na aprovação das políticas públicas de interesse do Executivo permaneceram similares (Santos, 2006; Melo e Nunes, 2009; Moisés, 2011; Peres, 2014).

Com o surgimento de centenas de pesquisas sobre os partidos políticos, a Ciência Política brasileira começou a repensar o esquema classificatório do conteúdo programático partidário. De modo genérico, pode-se afirmar que existem duas visões distintas sobre o conteúdo ideológico das nossas legendas. De um lado, uma parte da Ciência Política continua a afirmar que a ideologia partidária é variável fundamental na compreensão dos processos políticos do país, e que o conteúdo programático organizacional fornece elemento estruturante nas eleições brasileiras. De outro lado, autores questionam a importância do fator ideologia em relação às legendas, evidenciando como outras variáveis possuem maior impacto na estruturação do sistema político. Começamos pela primeira vertente.

Gabriela Tarouco e Rafael Madeira têm estudado a dimensão ideológica partidária há mais de uma década. Desde o princípio, enfatizaram o cuidado metodológico ao analisar conteúdos programáticos de outros países que poderiam não ser aplicados aqui. Em outras palavras, as preferências ideológicas variam bastante em cada país, até mesmo porque *relevant issues*, por meio da *Saliency Theory*, apontam que as organizações partidárias acentuam determinadas questões em detrimento de outras, mas isso depende bastante do contexto. Desse modo, o eixo esquerda-direita pode ter características diferentes em cada país, por exemplo (Madeira e Tarouco, 2011; Tarouco e Madeira, 2015). Caso adotássemos um modelo de análise de conteúdo como a do *Manifestos Research*

Group – MRG, adaptada ao caso brasileiro, perceberíamos algumas incongruências com a classificação usual da Ciência Política. A interpretação é a de que os limites metodológicos da análise de conteúdo dos programas é a maior responsável por tal incongruência. Aliado a isto, há vários problemas de confiabilidade nas codificações realizadas pelos pesquisadores, com alto risco de subjetividade (Tarouco, Madeira, Vieira, 2015). Todavia, os autores indicam como existe alto grau de correlação nas classificações ideológicas dos partidos realizadas pela literatura, reiterando, assim, que a ideologia importa (Tarouco e Madeira, 2013).

Em outro trabalho, a partir de um *survey* aplicado em um Congresso (ABCP, 2010), os autores indicam como a escala ideológica relevada pela literatura encontra quase os mesmos resultados da opinião dos especialistas. A interpretação é a de que as imagens dos partidos políticos brasileiros são suficientemente fortes e de que a visão de que eles são fracos, ou ideologicamente amorfos, não encontra respaldo empírico (Tarouco, Vieira e Madeira, 2015). Analisando *surveys* de deputados, Melo e Câmara (2012) sustentam que o sistema partidário não é incoerente, e que as posições programáticas das legendas ajudam a estruturar o sistema partidário.

Da mesma forma que Tarouco e Madeira, outros autores (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023) realizaram outra enquete com especialistas, desta vez na ABCP de 2018. Apesar de algumas pequenas diferenças, com os partidos políticos se aproximando mais ao campo da direita, há relativa estabilidade na escala ideológica segundo os especialistas.

Em outro trabalho, Jorge, Terra de Faria e Silva (2020) enfatizam a importância do *Comparative Manifest Project* (CMP-MARPOR) que, por meio de análises de programas de governo, permitem mapear os partidos políticos em uma escala direita-esquerda. Ao realizar este trabalho nas eleições presidenciais brasileiras de 1989 até 2018, os autores concluem que, na grande maioria dos casos, o posicionamento partidário é congruente com o que a literatura vem afirmando.

Um estudo sobre esquerda e direita é o de Scheffer (2018). A partir de muitas votações em um período de vários anos, o autor analisa muitos projetos de lei e testa, em cada uma das votações, se a ideologia ou se o governismo foi mais importante. No final, mostra como a ideologia prepondera na maior parte dos assuntos deliberados na Câmara dos Deputados, ainda que, em algumas votações, a correlação não seja tão expressiva. Neste sentido, é outro autor que reforça a importância da ideologia partidária, principalmente se considerarmos novos temas, como multiculturalismo, feminismo e ambientalismo.

A outra vertente traz indícios de que a ideologia partidária não é uma variável tão importante assim e, muitas vezes, as lógicas de disputa eleitoral são mais efetivas na compreensão da estruturação do sistema partidário. Estudando a opinião dos parlamentares por meio de diversas ondas de *surveys*, Zucco Jr. (2011) destaca a grande evolução de pensamento sobre questões econômicas, com certa aproximação de preferências para escolhas mais pró-mercado, inclusive em parlamentares de “esquerda”. O autor chega a afirmar que a esquerda da Constituinte, por exemplo, defensora do controle estatal na economia, praticamente desapareceu. Deste modo, houve um claro movimento centrípeto da ideologia no sistema partidário entre 1987 a 2009. Além disso, o autor expõe que a divisão mais importante e que distingue de maneira clara os partidos é o eixo oposição-governo e não o eixo esquerda-direita.

De maneira ainda mais acentuada, Lucas e Samuels (2011) afirmam que existe uma total incoerência nas posições ideológicas dos partidos políticos brasileiros. Em verdade, pode-se dizer que existe a posição do PT contra o resto, embora no trabalho em questão somente PT, PMDB, PSDB e PFL sejam analisados. Em verdade, os autores são céticos em relação à literatura da década de 1990, que afirmava que o sistema partidário se encontra bem estruturado e com alta coesão partidária (Figueiredo e Limongi, 1999). De certa maneira, tentam resgatar críticas ao nosso sistema partidário que estavam presentes em outras análises (Lamounier e Meneguello, 1986; Kinzo, 1992; Mainwaring, 2001; Ames, 2003).

Revisitando alguns pontos deste debate, Carreirão (2014) chama a atenção para alguns aspectos que impõem limites à interpretação de que a ideologia seja uma variável importante. Houve um aumento de coligações inconsistentes ideologicamente (Krause e Godoi, 2010). Muitas das novas legendas criadas, como Solidariedade e PSD, tiveram origem em diferente vertente ideológica, algo que já havia sido demonstrado em trabalhos anteriores sobre migração partidária (Melo, 2004). Assim, o autor sugere que, a partir de 2002, o conteúdo ideológico se tornou uma variável com menor efeito preditor, algo que já havia detectado na eleição presidencial de 2006 (Carreirão, 2007).

Alguns comentários críticos sobre a bibliografia são pertinentes para que seja realizada uma síntese:

1) As escolhas metodológicas de alguns trabalhos citados são frágeis para que algumas afirmações sejam realizadas. No estudo de Lucas e Samuels (2011), os autores optam por não analisar partidos políticos relevantes, tais como PP, PDT e PSB. Ora, a simples ausência destes partidos impede que se possa falar em sistema partidário, pois, com a fragmentação partidária crescente desde a década de 1990, considerar somente as quatro maiores legendas torna a pesquisa limitada. Além disso, os autores falam em incoerência partidária, quando, na verdade, o que existe é apenas uma sobreposição entre PMDB, PSDB e PFL. É relevante salientar que a sobreposição de posições ideológicas não significa incoerência, e sim um movimento centrípeto, com maior preenchimento do centro ideológico.

2) Existe um problema conceitual na Ciência Política quando nos deparamos com o debate se o conteúdo ideológico importa ou não. Todas as pessoas, por menor escolaridade que tenham, possuem uma ideologia. Evidentemente que os partidos políticos e seus respectivos integrantes também retêm parte desta ideologia, sendo, inclusive, a própria fonte (Downs, 1999). Desta maneira, um parlamentar, ao ser entrevistado, certamente terá opiniões sobre economia, democracia, aborto e educação, o que o colocará em parte do eixo ideológico (esquerda, pós-materialista, conservador, autoritário etc.). Agora, saber o quanto a ideologia do político importa no momento de uma votação no Congresso é outra coisa. Os preditores do voto parlamentar são muitos e, em muitas vezes, outras variáveis são muito mais importantes do que a ideologia, tais como: contexto, tipo de base eleitoral e incentivos seletivos, sendo extensa a bibliografia sobre comportamento parlamentar (Figueiredo e Limongi, 1999; Palermo, 2000; Mainwaring, 2001; Ames, 2003; Carvalho, 2003; Pereira e Mueller, 2003; Figueiredo e Limongi, 2005; Moisés, 2011).

3) A sobreposição ideológica entre as legendas importa na percepção eleitoral. Quando os partidos políticos incorporam outros membros em coalizões que não estejam em famílias ideológicas adjacentes, isso causa déficits de informação ao eleitor. Em outros termos, isso prejudica a clareza de

responsabilidade (Powell, 2000; Manin, Przeworski, Stokes, 2006; Marenco, 2009; Rebello, 2015). As coalizões brasileiras têm sido compostas por organizações de diferentes matizes ideológicos, algo que não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas cuja consequência é a ocorrência de déficits de *accountability* (Samuels, 2004; Melo e Nunes, 2009).

Como síntese, acreditamos que o conteúdo ideológico não apresenta alto potencial preditor na escolha dos partidos políticos no Brasil no que tange às eleições e às decisões parlamentares. Isso não é o mesmo que dizer que a ideologia dos eleitores não importa em suas escolhas políticas. O sistema partidário brasileiro realizou um movimento centrípeto em termos ideológicos entre 2002 até 2016. Isso, inclusive, foi fundamental no desprezo aos partidos tradicionais, como PT, PSDB, PMDB, nas eleições de 2018. A ideia de que todos os maiores partidos foram “iguais” ganhou parte do eleitorado brasileiro em 2018. Como possível consequência, Bolsonaro, que se dizia “outsider”, acabou por vencer a eleição – um político carreirista, assim como Collor, em 1989. A eleição de Bolsonaro provocou um movimento centrífugo, aumentando a polarização política, tornando o debate sobre esquerda e direita mais nítido, embora com várias nuances.

Em suma, concordamos com Madeira e Tarouco quando ressaltam que existe uma relativa nitidez quanto ao conteúdo programático dos partidos políticos, permitindo à Ciência Política localizá-los em uma dimensão ideológica. Contudo, também concordamos com Zucco Jr. (2011) e Carreirão (2007; 2014) quando estes afirmam que a ideologia não é mais um bom preditor das decisões políticas parlamentares e eleitorais.

Desde o impeachment de Dilma Roussef, em 2016, houve um realinhamento partidário. Entraram outros atores partidários em cena. Na eleição presidencial de 2018, por exemplo, o PSDB ficou de fora do segundo turno. Em 2022, nem sequer teve candidatura própria. Este tipo de acontecimento marca um fim de padrão na democracia brasileira, já que, de 1994 até 2014, o PSDB sempre esteve entre os dois partidos mais bem votados para a Presidência (Abranches, 2021). Já o PT, apesar de ter perdido a eleição em 2018, retomou a Presidência, elegendo seu quinto mandato desde a redemocratização. Além disso, desde 1989, sempre esteve entre os dois partidos mais bem votados. Quanto à Câmara dos Deputados, houve alterações importantes desde 1994, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1. Principais bancadas nas eleições na Câmara dos Deputados (1994–2022)

Partidos	Anos							
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
MDB	107	83	75	89	79	66	34	42
PFL/DEM/UNIÃO BRASIL ³	89	105	84	65	43	22	29	59
PSDB	63	99	70	66	53	54	29	13
PP	51	60	49	41	41	36	37	47
PT	50	59	91	83	88	70	56	68
PL/PR/PL ⁴	13	12	26	23	41	34	33	99
% G5	70%	79%	67%	67%	59%	51%	41%	61%

Fonte: Abranches (2021 e Brasil. TSE (2022).

³ O antigo Partido da Frente Liberal (PFL), tornou-se DEM em 2007, e com a incorporação do PSL, tornou-se União Brasil em 2021.

⁴ O Partido Liberal (PL), criado ainda na década de 1980, fundiu-se com o PRONA, em 2006, tornando-se Partido Republicano (PR). Em 2019, voltou a se chamar PL.

Primeiramente, é importante perceber as mudanças de nomes e as alterações rápidas de bancadas dos partidos políticos, mostrando que a chamada institucionalização partidária no Brasil não ocorreu como se imaginava em alguns estudos da Ciência Política (Carreirão, 2014). O caso do PSDB, mostra como houve um rápido enfraquecimento do partido, sendo mais acentuado, ironicamente, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Outro ponto importante é o aumento das bancadas de partidos conservadores (União Brasil, PP e PL), que, juntos, formam 40% da Câmara, sendo, possivelmente, um obstáculo para o futuro governo de Lula III. Outro ponto de destaque é que, desde 1998, havia um aumento da fragmentação partidária na Câmara, mas, em 2022, os cinco maiores partidos voltaram a controlar mais de 3/5 da Casa, algo que não ocorria desde 2006.

Ainda faltam estudos mais claros sobre o que houve nestes últimos seis anos no Brasil. Algumas legendas são muito novas e reconfigurações partidárias importantes surgiram, tais como PSD, Republicanos, Solidariedade, Cidadania, Podemos, Novo, entre outros. Deste modo, a Ciência Política ainda deixa algumas lacunas: como os partidos políticos novos se posicionam ideologicamente? A polarização ideológica penetrou os partidos ou somente reforçou o personalismo, com bolsonarismo de um lado e lulismo, de outro? Quais os temas (*issues*) mais relevantes atualmente em termos de políticas públicas?

6 Considerações finais

Este artigo tentou responder a seguinte questão: a ideologia partidária ainda é um elemento norteador dos partidos políticos? Primeiramente, realizamos uma breve discussão na bibliografia internacional, indicando como existem diversas interpretações sobre o assunto. Por um lado, parte da bibliografia indica que a ideologia é fator essencial na escolha de conteúdos programáticos de partidos políticos e governos (Boix, 1997; Coppedge, 1997; Alcántara, 2004; Giora, 2009; Vidal, 2016; Oliveira, 2014; Lazzari, 2022). Por outro lado, existem outras pesquisas que não observam a ideologia como fator determinante entre governos e partidos (Samuelson e Nordhaus, 2002; Gramacho e Llamazares, 2007).

No caso do Brasil, após realizarmos uma rápida incursão nos sistemas partidários anteriores a 1988, discutimos como a questão partidária brasileira tem se colocado na Ciência Política. Da mesma forma que na bibliografia internacional, há duas correntes que diferem nas respostas dadas quando o assunto são ideologias partidárias. Por um lado, uma corrente defende que a ideologia ainda é elemento importante entre os partidos políticos, e que, apesar das muitas metodologias disponíveis, o grau de coerência de classificação ideológica ainda é forte (Tarouco e Madeira, 2015). Por outro lado, outros argumentam que a classificação ideológica dos partidos deve ser revista levando em consideração sua alteração e também sua perda de importância em relação a outros assuntos, como governismo, por exemplo (Zucco Jr., 2011).

Nossa interpretação final, a partir desta revisão bibliográfica, é que temos que tomar cuidado com respostas muito rápidas e defendemos que ambas correntes possuem argumentos razoáveis para defender sua posição. Alguns pontos precisam ser reforçados:

a) as escolhas metodológicas de alguns trabalhos são, frequentemente, frágeis para algumas afirmações. Um exemplo digno de nota é o alto grau de subjetividade em alguns estudos quando somos “forçados” a incluir algumas temáticas em alguma escala ideológica (Tarouco, Madeira e Vieira, 2015).

Alguns autores apontam, por exemplo, que, se a palavra nacionalização aparece mais em um programa de governo do que em outro, tende a significar que um programa de governo tem cunho de governo menos liberal. Salientamos duas observações aqui. Nem sempre a utilização de uma análise de conteúdo neste caso será o melhor modelo, já que o contexto eleitoral pode ser tão diferente em cada eleição que pode ser difícil atribuir uma escala ideológica na utilização de algumas palavras durante a campanha. Imaginem o uso diverso que a palavra “liberdade” significou na eleição de 2022, por exemplo. A outra observação é a de que a simples menção de uma palavra não representa, necessariamente, que a mesma será aplicada durante o governo.

b) nem sempre a ideologia é determinante dentro das organizações partidárias. Outras características partidárias como busca por votos, cargos, financiamento podem ser mais importantes que a ideologia dependendo do contexto e de cada partido (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023). Não se pode ignorar, por exemplo, a menor referência ideológica em organização *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel (Kirckheimer, 1966; Panebianco, 2005; Mair, 2003).

Diante disso, acreditamos que a extensa e criativa metodologia ao classificar ideologicamente os partidos ainda vai conseguir localizar o sistema partidário brasileiro em um sistema relativamente coerente – dificilmente algum analista não concordará que, em 2022, o PSDB está à direita do PT, mas à esquerda do PL, por exemplo. Agora, o quanto ideologicamente estes partidos estão afastados, 1 ponto na escala, 5 pontos? É outro debate. Além disso, é inegável que existem outros objetivos destes partidos para além da questão ideológica. Disputa de votos, de poder, de cargos, de patronagem sempre marcaram os objetivos das legendas, e no Brasil, isto não é diferente. Destarte, cabe à Ciência Política continuar estudando as mais diversas lógicas que existem na competição partidária, sejam elas ideológicas ou não.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: em transe e crise democrática. *Revista Euro-latinoamericana de Análisis Social e Político*, a. 2, n. 3, p. 67-79, 2021.
- ALCÁNTARA, Manuel. *Instituciones o máquinas ideológicas? Orígenes, Programa e Organización de los partidos políticos latinoamericanos*. Barcelona: ICPS, 2004.
- AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011.
- AMARAL, Oswaldo; RIBEIRO, Pedro. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, p. 107-123, 2015.
- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 96-122, 2008.

- BARTOLINI, Stefano. *The political mobilization of the european left, 1860-1980: the class cleavage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BOIX, Charles. Political parties and the supply side of the economy: the provision of physical and human capital in advanced economies, 1960-90. *American Journal of Political Science*, v. 41, n. 3, p. 814-845, 1997.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023.
- BRAGA, Maria; PIMENTEL JR., Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.
- BRASIL TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). *Eleições, plebiscitos e referendos*. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- CARREIRÃO, Yan. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- CARREIRÃO, Yan. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 14, p. 255-295, 2014.
- CARVALHO, José. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Nelson. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CODATO, Adriano. LORENCETTI, Mariana; PRATA, Bruna. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 95, p. 1-21, 2021.
- COPPEDGE, Michael. *A classification of Latin America political parties*. Indiana: Kellogg Institute, University of Notre Dame, 1997. (Working Paper 244).
- DOWNS, Anthony [1957]. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1999.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- EASTON, David. *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965.
- FERRAZ, Sérgio. Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 451-477, 2009.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 a 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Dados*, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.

GIORA, Gustavo. *Social democracia sem Keynes (?) – esquerdas em marcha: Brasil, Chile e Uruguai (2000-2008)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GRAMACHO, Wladimir; LLAMAZARES, Iván. *Ideología e preferencias de intervención económica estatal entre los diputados latinoamericanos*. Barcelona: Cidob Ediciones, 2007. (America Latina, 18).

GUARNIERI, Fernando. Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2010). *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 157-177, 2014.

JORGE, Vladimyr; TERRA DE FARIA, Alessandra; SILVA, Mayra. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista brasileira de Ciência Política*, n. 33, p 1-44, 2020.

KATZ, Richard. MAIR, Peter. Party organization, party democracy, and the emergence of the cartel party. In: MAIR, Peter. *Party system change*. Clarendon Press Oxford, 1997.

KINZO, Maria. III Conferência: Sistema eleitoral e partidos políticos no Brasil. In: *Seminário Internacional. "Sistemas de governo, legislação partidária e eleitoral em países do Cone Sul"*. Guarujá: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1992.

KINZO, Maria. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European party systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966, p. 177-200.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2010, p. 41-98.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (coord.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAZZARI, Eduardo. Policy drift em governos ideologicamente heterogêneos: política tributária na América Latina. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 1, p. 23-46, 2022.

LEAL, Vitor. [1949]. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA JR., Olavo. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, v. 21, p. 60-86, 2015.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967, p. 91-111.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, Davi. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro (1990-2009). In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar. (Org.). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 61-104.

MADEIRA, Rafael M.; TAROUÇO, Gabriela. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, p. 171-185, 2011.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. 28, n. 167, p. 277-293, 2003.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Suzan. Eleições e representação, *Lua Nova*, n. 67, p. 105-138, 2006.

MARENCO, André. Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 293-312.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Quem é quem na Constituinte?* São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

MELO, Carlos. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MELO, Carlos R. F.; ANASTASIA, Fátima. A reforma da previdência em dois tempos. *Dados*, v. 48, n. 2, p. 301-332, 2005.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

MELO, Carlos; NUNES, Felipe. Ideologia e distâncias de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio. *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 381-408.

MOISÉS, José Álvaro. O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995/2006). In: José Álvaro Moisés. (Org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de Calizão*. São Paulo/Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas-USP/Fundação Konrad Adenauer, v. 1, p. 7-28, 2011.

MORITZ, Maria. *Vozes da oposição: os partidos de esquerda e o primeiro governo Fernando Henrique (1995-1999)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Augusto. *Representação programática em 16 democracias presidencialistas: América Latina, 2000-2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria. PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 388-408, 2007.

PAIVA, Denise; BATISTA, Carlos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 432-453, 2008.

PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 426-451, 2011.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa no Brasil: conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 45, n. 4, p. 265-302, 2003.

PERES, Paulo. O governismo na política brasileira. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto e TEIXEIRA, Marco Antônio C. (orgs.). *Análise política e jornalismo de dados*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 37-56.

POWELL, Bingham. *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. New Haven/Londres: Yale University press, 2000.

REBELLO, Maurício. A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre incumbents e oposição. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 168-193, 2017.

REBELLO, Maurício. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 69-90, 2015.

REBELLO, Maurício. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. *Civitas*, v. 12, p. 298-320, 2012.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

SAMUELS, David. Presidentialism and accountability for the economy in comparative perspective. *American Political Science Review*, v. 98, n. 3, p. 425-436, 2004.

- SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. *Economía*. Madrid: McGraw-Hill, 2002.
- SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio. (Org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 281-295.
- SCHEEFFER, Fernando. *Esquerda e direita hoje: uma análise das votações na Câmara dos Deputados*. Curitiba: Appris, 2018.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 85, p. 83-99, 2009.
- SKDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Maria Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.
- SPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *Welfare-State*. *Lua Nova*, n. 24, p.85-116, 1991.
- STOPPINO, Mário. Verbete Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986, p. 585-597.
- TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, v. 15, p. 24-39, 2015.
- TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 149-165, 2013.
- TAROUCO, Gabriela; VIEIRA, Soraia; MADEIRA, Rafael M. Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Política Hoje*, v. 24, p. 135-150, 2015.
- VEIGA, Luciana. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.
- VIDAL, Camila. *Polarização partidária e ascensão conservadora nos Estados Unidos: uma análise das plataformas nacionais republicanas e democratas (1936-2012)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- WOLINETZ, Steven. Beyond the catch all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José; LINZ, Juan. *Political parties. Old concept and new challenges*. Oxford University Press, 2002, p. 136-165.
- ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar. (Org.). *O Congresso por ele mesmo*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 37-60.

Submetido em 05/12/2022

Aprovado em 26/01/2023

Maurício Michel Rebello (mmrebello@yahoo.com.br) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

Ideologia e partidos políticos no Brasil: um elo perdido?

Resumo: o artigo realiza uma revisão crítica da literatura sobre ideologia nos partidos políticos no Brasil. Os procedimentos metodológicos utilizados foram uma revisão sob forma de narrativa, nos quais foram lidas várias obras da Ciência Política, entre artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses. Para isso, oferece um panorama da bibliografia internacional sobre o assunto. Também discute se a ideologia partidária ainda é um elemento norteador importante na democracia brasileira.

Palavras-chave: partidos políticos; ideologia partidária; democracia; ideologia.

Ideology and political parties in Brazil: a missing link?

Abstract: the paper realizes a critical review the literature about ideology in political parties in Brazil. The methodological procedure used was a narrative review, which was based in many works in Political Science, ranging from papers to books, dissertations and theses. For that purpose, it offers an overview of international bibliography about the subject. The paper also discusses if political ideology is still an important guiding element in the Brazilian democracy.

Keywords: political parties; party ideology; democracy; ideology.